

Orlando Ribeiro, **Goa em 1956. Relatório ao Governo**, Lisboa, CNCDP, 1999.

1. Útil para a contextualização deste *Relatório ao Governo* é confrontá-lo com os estudos compilados em *Originalidade da Expansão Portuguesa*, livro que reproduz, no essencial, textos que foram publicados pela primeira vez em 1962¹. Igualmente organizado por Suzanne Daveau e editado em 1994 pela mesma CNCDP, *Originalidade da Expansão Portuguesa* retira o seu título de um dos artigos da colectânea que lhe serve de base, artigo esse que sintetiza a posição teórica e interpretativa de Orlando Ribeiro face à experiência portuguesa «ultramarina» iniciada no século xv.

«Por toda a parte onde o Português se instalou difundiu o Cristianismo e com ele costumes e maneiras de ser especificamente lusitanas, por toda a parte criou uma civilização especial, com elementos lusitanos e tropicais, a tal ponto confundidos que só a análise cuidadosa permite separar uns dos outros².» Estas palavras, pronunciadas a 14 de Maio de 1956 na Sociedade de Geografia de Lisboa, são ainda anteriores à versão final do *Relatório* aqui apresentado³ e adquirem maior

¹ Sob o título *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, n.º 59 da série «Estudos de Ciências Políticas e Sociais» da Junta de Investigações do Ultramar.

² Ribeiro (1994), p. 89.

³ Este data de Agosto do mesmo ano, posterior ainda ao «Curso sobre o ultramar

sentido quando complementadas pela leitura dos restantes estudos, quer do livro supracitado, quer deste mesmo *Goa em 1956*⁴ (especialmente úteis para quem não conhece a vastíssima bibliografia do geógrafo⁵).

Na realidade, todos estes estudos fazem parte de um políptico coerente, enquadrado pela matriz freiriana, cujas virtualidades — e mesmo flexibilidade — permitiram conferir unidade às experiências de investigação, por vezes díspares, do próprio académico⁶. Neste caso, do geógrafo Orlando Ribeiro, onde noutras situações poderíamos encontrar antropólogos ou historiadores. É evidente que com isto se não pretende — e se não pode — dizer que os estudos de Orlando Ribeiro, indiscutivelmente centrais para o desenvolvimento da geografia portuguesa deste século, se esgotam nessa perspectiva e nessa grelha perceptual. Todavia, e no que respeita à maior parte das suas leituras sobre a expansão portuguesa, àquilo que ele próprio apelida de «originalidade da expansão portuguesa», essa marca é iniludível e é o próprio

português» que Ribeiro realiza em Julho no Rio de Janeiro (a partir de informações de Suzanne Daveau, nas pp. 29 e 37).

⁴ São estes estudos: «Curso sobre o ultramar português» e «A cruz e o tulôsse».

⁵ V. *Bibliografia Científica do Orlando Ribeiro*, coligida e anotada por Ana Amaral e Ilídio do Amaral, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1984.

⁶ V., a esse propósito, o livro de Cláudia Castelo *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Lisboa, Afrontamento, 1998, em particular os capítulos III e IV.

geógrafo a referi-lo nas primeiras páginas do seu relatório (p. 61).

Foi neste contexto intelectual *freiriano* que se realizou a missão que, nos finais de 1955 e durante a primeira metade de 1956, Orlando Ribeiro, Raquel Soeiro de Brito e Mariano Feio realizaram às dependências do antigo Estado da Índia, da qual resultaria, entre outros textos, aqueles que são apresentados em *Goa em 1956. Relatório ao Governo*.

Contudo, tal como foi sublinhado por Fernando Rosas logo no início do prefácio a este livro, esse contexto intelectual era claramente informado pelo contexto político nacional e internacional, bem como pelas necessidades por eles suscitadas. Tanto as descolonizações realizadas pelas outras potências europeias e a pressão exercida para que Portugal fizesse o mesmo — e, no caso de Goa, a analogia com o britânico e indiano 1948 era inevitável — quanto a reconversão jurídico-constitucional das «colónias» em «províncias» e do «império» em «ultramar» (pp. 11-12) obrigavam a uma investida no plano ideológico, preferencialmente sustentada pela investigação académica munida da chancela científica.

A tese de que Goa seria, sobretudo, uma «extensão do Portugal europeu no Oriente» condensava o essencial da argumentação do regime salazarista, permitindo boicotar, ao mesmo tempo, os argumentos de quem procurava resolver a denominada «questão de Goa» ao esvaziá-la, dessa forma, de qualquer sentido (p. 17). Tal tese era suportada, além

do mais, por outros dispositivos políticos concretos, os quais procuravam proteger internacionalmente o estatuto do território goês e a posição do Estado português — apresentado como vítima de uma potencial agressão indiana — no conclave das nações ocidentais.

Sabemos hoje que foram optimistas as previsões portuguesas em relação aos efeitos destes dispositivos, os quais se revelaram particularmente ineficazes. Durante muito tempo ficámos sem saber, porém, que, em muitos aspectos, também os dados oferecidos no *Relatório* de Orlando Ribeiro apontavam para uma Goa muito diferente daquela que era imaginada pelo poder português que enviara a missão, pela maioria da população de Portugal e (por que não dizê-lo?) pelo próprio geógrafo antes de lá chegar.

Na verdade, apesar de o dito *Relatório* ter sido apreciado por Salazar, como é referido por Suzanne Daveau na «Introdução» (p. 35), o seu destino seriam as estantes da Sociedade de Geografia, donde seria resgatado, primeiro pelo próprio autor, já depois da revolução do 25 de Abril, mas ainda sem o publicar, e mais recentemente por Suzanne Daveau para, finalmente, se tornar disponível para o grande público.

2. Mas passemos a considerar então o texto do *Relatório*.

A surpresa inicial de Ribeiro ao chegar a Goa — «Esta apareceu aos meus olhos como a terra *menos portuguesa* de todas as que vira até então, menos portuguesa do que a Guiné,

pacificada em 1912!» (p. 64) —, ou, mais sintomático ainda, o uso de adjectivos como «estranha», «indiferente», «hostil», para identificar os sentimentos da sua população em relação aos portugueses, ou da metáfora «quisto» para qualificar a própria presença portuguesa no território, explicam bem a «grande decepção» que, nos primeiros momentos de confronto com a realidade goesa, Orlando Ribeiro diz ter sentido.

Não é difícil de imaginar que as suas expectativas fossem enormes, se atendermos à cristalização generalizada de um «mito de Goa» — quem não se lembra das palavras pronunciadas pelo próprio Gilberto Freyre quando, em 1951, visitou aquele território? — que se vinha processando desde há algum tempo, tendo entre alguns goeses, inclusive, os seus principais porta-vozes e arautos. Não é difícil perceber então que a dissonância entre a Goa esperada e a Goa «real» seria tão grande que amplificaria o sentimento de estranheza nesse primeiro momento!

Mais interessante, porém, é verificar o modo como o geógrafo procura compreender essa *diferença*, identificar as suas causas e propor soluções. Ou seja, para Orlando Ribeiro não era a matriz teórica que estava desajustada, eram talvez as errâncias do próprio processo que importava corrigir. E é nesse sentido que orienta, com «honrada intenção» e com uma lucidez assinalável, tanto a sua investigação quanto a reportagem da mesma.

Uma crítica, a do desinteresse de Portugal pela Índia, manifesto, entre

outras coisas, na ausência de ensino da história da Índia no Liceu de Goa, o que era desfavorável à necessidade de inculcar a especificidade do caso goês nas novas gerações, a identificação de alguns obstáculos, as idiosincrasias que identifica na sociedade luso-indiana, e alguns pressupostos, o de que a Índia era «peça solidária da nossa unidade nacional» e de que defendê-la era «a única forma de servir os interesses não só de Portugal mas da Europa, e da própria civilização ocidental ou universal, porque é ela só que possui verdadeira universalidade» (p. 73), expressam bem as inquietudes do geógrafo e dão a pedra de toque em relação às críticas que apresenta.

3. No que respeita à sociedade goesa de meados do século xx, Orlando Ribeiro de imediato identifica a descontinuidade cultural que corresponde às «fronteiras» entre Velhas (os territórios conquistados ou incorporados na monarquia portuguesa durante o século xvi) e Novas Conquistadas (os territórios incorporados no século xviii), explicável tanto pela distinta longevidade da presença portuguesa como pela *qualidade diversa* da acção política empreendida em ambos. Os primeiros territórios eram aqueles que apresentavam, inquestionavelmente, marcas mais fortes da presença portuguesa (embora mesmo aí se verificassem, desde o século xix, milhares de reversões para o hinduísmo), enquanto os segundos constituíam uma cintura onde 58% da população professavam explicitamente a religião hindu (p. 83). *Ratio* negati-

va que tendia a disseminar-se pelos próprios territórios das Velhas Conquistas. Sem questionar as razões subjacentes às reversões colectivas que se verificavam entre populações corumbinas, Orlando Ribeiro identifica na filiação religiosa uma das fissuras do sistema português, precisamente pelo que ela supunha não só ao nível das práticas culturais como das fidelidades políticas.

Identifica, em seguida, outras fracturas sociais que se cruzam com a primeira — entre as famílias convertidas, a da *lusitanização* maior entre as famílias de «casta» mais elevada e, em correlação negativa, da *goanização* entre aquelas de casta mais baixa, as quais, na sua maioria, nem sequer conheciam a língua portuguesa. A primeira era tanto mais curiosa quanto era clara a recusa, por parte destas famílias, em se *misturarem* com portugueses, com sangue português, ao mesmo tempo que aderiam quase perfeitamente ao modelo civilizacional que estes representavam. A segunda teria potencial político — a longo prazo — em alguma emigração de sucesso, especialmente para Bombaim, onde se fortaleceria a sua coesão e o seu sentimento *goês* (pp. 81-82), mas também na permanência de modos-de-ser hindus entre grande parte da população convertida que residia no território goês. De certa forma, ambas partilhavam, embora diversamente, um mesmo sentimento de *diferença* em relação aos portugueses, o qual podia favorecer, no discurso implícito do geógrafo — e recorde-se que este texto foi escrito cinco anos antes da anexa-

ção de Goa pela União Indiana —, problemas futuros para Portugal.

Para Ribeiro, parte das razões que explicavam tal situação social encontrava-se na estratégia assumida pela generalidade da administração portuguesa, a qual, sistematicamente, privilegiara os brâmanes, quando, afinal, toda a população local tinha capacidade para ser «elevada»: «Se o governo local tivesse procurado elevar as outras castas (o que apenas se fez em mínima escala), teríamos talvez hoje cidadãos mais patriotas, amigos mais fiéis e aliados mais seguros» (p. 92). Talvez sem o saber, Orlando Ribeiro quase reproduzia, a poucos anos do fim do antigo Estado da Índia, advertências que alguns religiosos tinham feito ao rei de Portugal poucos anos depois do seu início.

Convém reter, todavia, *outros sentidos* inerentes às palavras do geógrafo: na verdade, a elas subjaz um tópico muito antigo sobre a duplicidade do carácter dos brâmanes, do qual resultava a convicção de que os próprios brâmanes convertidos eram aliados pouco seguros do poder português e do modelo ocidental de civilização — ideia que é repetida noutros lugares do *Relatório*. É certo que mais adiante Ribeiro esquece essa suspeição para dizer que havia «inegavelmente um escol cristão de Goa, profundamente assimilado, embora reduzido em número» (p. 99), referindo-se a muitos membros desta casta e da casta chardó, bem como, e principalmente, aos descendentes de portugueses.

Nesse sentido, a potencial duplicidade do brâmane convertido era

mais estrutural e perigosa entre os brâmanes não convertidos, os quais — e aqui Orlando Ribeiro manifesta uma contida indignação — gozavam, no plano civil, dos direitos conferidos pela lei portuguesa e, nas suas relações privadas, excluía os portugueses, vivendo segregadamente, quase autonomamente.

Em todo o caso, e embora identifique estes obstáculos sociais, o autor conclui que o que melhor definia Goa era a «coexistência pacífica e tolerante de duas religiões, na ausência de conflitos, no convívio entre cristãos e hindus, no acesso que indiscriminadamente têm às mais elevadas funções em Goa, na metrópole e no ultramar. Ausência de tensões sociais, de lutas étnicas, coexistência pacífica do Ocidente e do Oriente, respeito pelas tradições hindus, que, ao fim de quatro séculos e meio de domínio português, se encontram aqui mais vivazes do que em muitos lugares da União Indiana» (pp. 99-102).

Em resumo, um breviário luso-tropical ajustado com uma certa boa vontade às terras asiáticas — ou, pelo menos, a algumas das partes da complexidade que elas apresentavam.

4. A par das questões claramente sociais, Orlando Ribeiro vê no desinteresse manifestado pelo Estado português em relação à educação dos indianos uma das maiores fragilidades da política portuguesa. Desde logo, porque a maioria da população hindu era já educada nessa altura em língua marata, utilizando livros provenientes da União Indiana (até porque este ensino não era financia-

do pelo governo português), que cristalizavam um discurso que era desfavorável — a médio e a longo prazo — aos interesses portugueses.

«Tornar o ensino bilingue e cuidar da formação dos professores — é a única maneira de ter mão num dos instrumentos mais perigosos da propaganda antiportuguesa, que se exerce sobre a maior parte da juventude e escapa ao conhecimento e à acção das nossas autoridades» (p. 107).

Mas a crítica e a implícita solução atingem igualmente as escolas cristãs, quer pela forma, quer pelo conteúdo. Nas primárias não só os livros eram desadequados, pois difundiam uma história e geografia essencialmente portuguesas («as suas histórias, as suas descrições, falam de um mundo que não lhes é familiar»), como a maior parte do ensino se fazia em concaním. O Liceu de Goa era uma «escola sem nível», com maus professores, na sua maioria, e as escolas técnicas nem eram consideradas como alternativa quando a população local pensava em prosseguir a sua formação a esse nível. Ao invés, era o ensino em inglês aquele que congregava um maior número de estudantes, o que, para além da inculcação de valores da União Indiana, potenciava, inclusive, a diáspora de muitos goeses educados que prosseguiram os seus estudos nas Universidades de Poona e de Bombaim (pp. 108-112).

É nesse momento que Orlando Ribeiro se detém em interessantes considerações sobre a ausência de uma verdadeira universidade em Goa (embora não partilhe as críticas de

alguns seus conterrâneos, assume que a Escola Médica podia desempenhar um melhor papel) e o significado que esta tinha tanto para a «correcta» formação das populações como para a permanência dos valores culturais portugueses naqueles lugares.

Complementava o lastimoso cenário cultural e intelectual o estado da biblioteca do Instituto Vasco da Gama, com escassos funcionários, incapazes de suprirem as necessidades reais, bem como a ausência de outras formas de transmissão cultural e intelectual da cultura portuguesa — fossem palestras e conferências, fosse outro tipo de actividades.

5. Por fim, o geógrafo nota que o momento que se vivia nas relações entre a União Indiana e o Estado português tinha consequências terríveis para o quotidiano dos goeses cristãos, mas principalmente hindus, os quais se viam privados, por essa razão, de muitos dos laços que sustentavam a sua própria identidade cultural. Para além das vastíssimas consequências económicas e sociais que lhe estavam inerentes.

A par disso, era sua opinião que a percepção que os goeses tinham dos portugueses e o modo como estes concebiam a relação entre Goa e Portugal — o qual viam em oposição a si mesmos — favoreciam os interesses da União Indiana. Tanto dos goeses cristãos, muitos dos quais resistiam ao regime autoritário de Salazar, quanto dos goeses menos arreigados às tradições ocidentais, para quem a questão política era secundária, o que era igualmente perigoso.

Mesmo a posição dos *descendentes* (como o nome insinua, descendentes de portugueses) era cada vez mais ambígua, embora o seu patriotismo fosse, na perspectiva de Orlando Ribeiro, inegável. Económica e culturalmente, muitas destas famílias tinham entrado num processo de decadência — em parte motivado pela extinção do exército da Índia, onde realizavam as suas carreiras — e muitos dos seus membros revelavam-se intelectualmente incapazes de exercer as funções para que eram nomeados, o que favorecia a difusão de um certo desprezo em relação a este grupo por parte de outros grupos de goeses.

Para além do mais, subsistia um outro problema a resolver: o da integração profissional do goês, sendo que os quadros locais eram insuficientes para satisfazer a procura que existia. Aqui Orlando Ribeiro defende a sua inserção preferencial na metrópole, em desfavor dos territórios africanos (o que os próprios goeses desejavam e já tinham proposto), apresentando como justificação o seu racismo: «Ao contrário dos cabo-verdianos, colaboradores devotados e leais dela, tão portugueses nos sentimentos e na mentalidade, esta gente, mesmo quando cristã, não se desprende do seu orgulho de raça (julgam-se superiores aos brancos), dos seus preconceitos de casta, da sua repulsa pelos negros, em cuja inferioridade acreditam» (p. 126). Já depois de os ter distinguido dos cabo-verdianos, o geógrafo estabeleceria diferenças entre os goeses e os habitantes de

Damão — sempre num sentido depreciativo para os primeiros. Continua a dizer que «aqui domina a prevenção, a desconfiança, quando não a antipatia mais ou menos declarada» (p. 132) — a ideia, mais uma vez, de que, em oposição à afectividade que se verificara aquando da sua chegada a outros territórios, se manifestava, entre os goeses, uma certa altivez indiferente e inesperada.

Enfim, embora este *Relatório ao Governo* constitua um lucidíssimo inventário de problemas (e de soluções possíveis que não foram escutadas pelo governo português?) que assolavam o antigo Estado da Índia, ele surge também como uma espécie de canto do cisne por uma experiência cujo fim era talvez impossível de deter. E que, política e institucionalmente, chegaria cinco anos depois.

ÂNGELA BARRETO XAVIER

António Costa Pinto (ed.), **Modern Portugal**, Palo Alto, Califórnia, SPOSS, 1998, XIII + 312 páginas (Society for Promotion of Science and Scholarship)

As monografias ou estudos de país sobre Portugal em língua inglesa são não apenas relativamente escassos, como têm geralmente uma «vida de prateleira» bastante curta. Embora tenham surgido apenas cerca

de oito obras deste género¹ desde 1974, altura em que o ritmo da mudança acelerou em Portugal, este novo volume editado pelo professor António Costa Pinto deverá revelar-se uma excepção às «regras do jogo»: tais livros em breve se tornam desactualizados na sua cobertura de acontecimentos recentes, saindo rapidamente de circulação. Se um professor de um país anglófono decidisse hoje apresentar uma perspectiva geral ou curso introdutório sobre Portugal, ou um ponto de vista mais especializado sobre determinados aspectos da vida portuguesa da actualidade, recomendaria certamente *Modern Portugal* não só aos alunos principiantes, como aos mais avançados.

O editor deste conjunto de capítulos supervisionou a criação de uma obra que possui elementos de um verdadeiro clássico da especialidade, bem como os ingredientes do suces-

¹ Designamente: Eugene Keefe (ed.), *Portugal* (1977); Nelson Vieira (ed.), *Roads to Today's Portugal* (1983); L. Graham e D. L. Wheeler (eds.), *In Search of Modern Portugal: The Revolution and Its Consequences* (1983); Tom Gallagher, *Portugal: Ancient Country, Young Democracy* (1990); Walter C. Opello Jr., *Portugal. From Monarchy to Pluralist Democracy* (1991); R. Herr (ed.), *The New Portugal. Democracy and Europa* (1992); Eric Solsten (ed.), *Portugal. A Country Study* (1993). A estas oito obras poderíamos acrescentar mais dois livros que, em finais dos anos 70, tinham pretensões a estudos gerais, embora enfatizassem principalmente aspectos históricos e políticos, respectivamente, e não analisassem em profundidade os desenvolvimentos culturais: Richard A. H. Robinson, *Contemporary Portugal: A History* (1979); L. Graham e H. Makler (eds.), *Contemporary Portugal: The Revolution and Its Antecedents* (1979).